

Justiça gratuita: comprovar não é sinônimo de declarar

» JOSÉ PASTORE

Professor da FEA-USP, faz parte do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP

» EDUARDO PASTORE

Advogado trabalhista, faz parte do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP

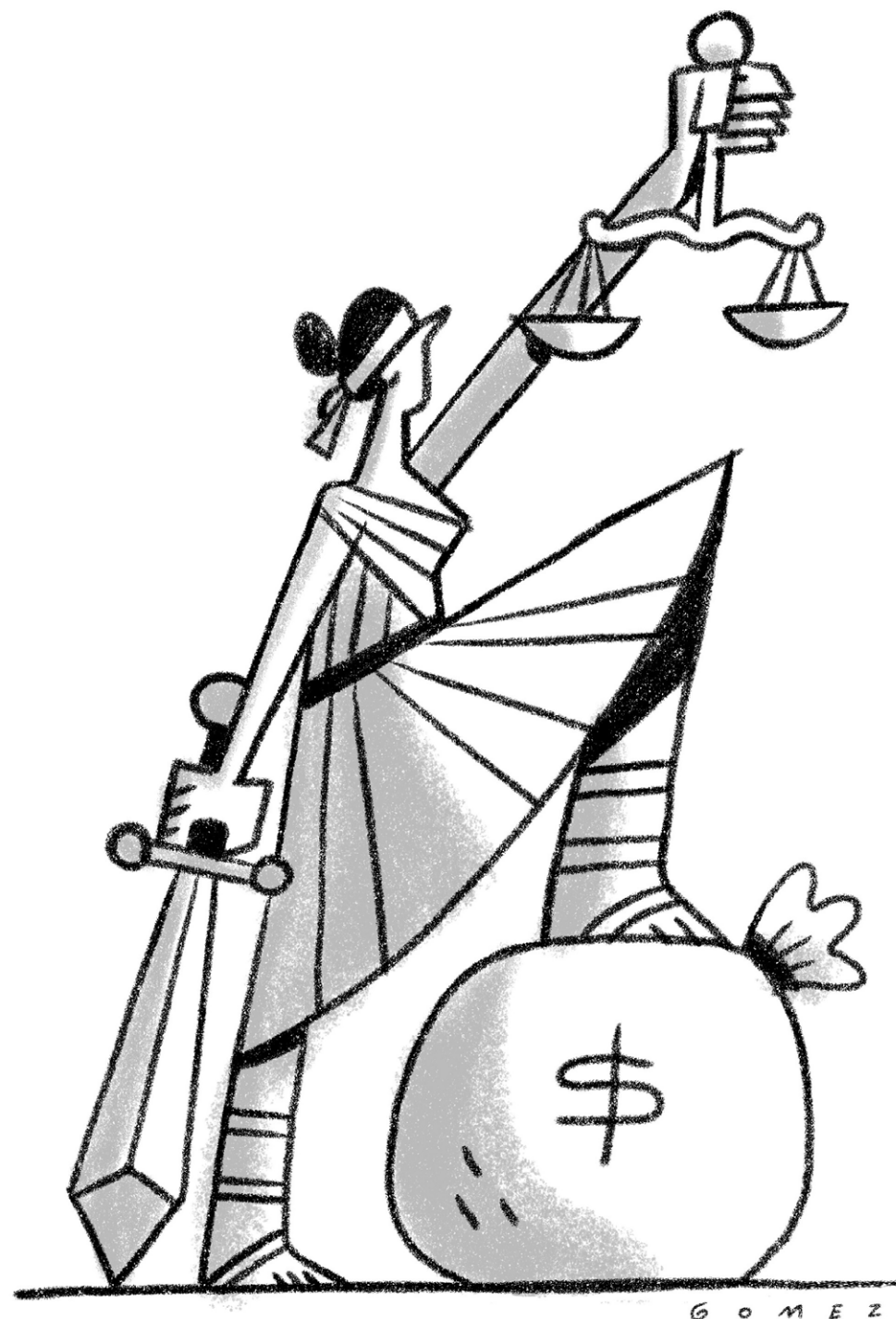
Como todo ramo do Poder Judiciário, a Justiça do Trabalho custa caro — cerca de R\$ 20 bilhões por ano. Mas, ao reconhecer que o Brasil tem uma população muito pobre, sabiamente, os constituintes de 1987 garantiram a gratuidade da Justiça do Trabalho para os que não podem pagar desde que comprovem a insuficiência de recursos. A Constituição de 1988, no seu art. 5º, inciso LXXIV, preconiza que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem a alegada insuficiência de recursos.

A Lei nº 13.467/2017 (reforma trabalhista) deu mais um passo importante nessa direção ao determinar que, para os que ganham menos de R\$ 3 mil mensais (40% do teto da Previdência Social), a gratuidade é automática. Isso atinge cerca de 80% dos brasileiros. Os demais devem comprovar a hipossuficiência. Nada mais justo, nada mais claro.

Apesar disso, há um número expressivo de decisões judiciais que ignoram a necessidade da referida comprovação e aceitam a mera declaração dos reclamantes. Isso é profundamente injusto. Quem pode pagar deve pagar, diz a Constituição Federal. É verdade que a cobrança recairia em apenas 15% ou 20% dos reclamantes. Isso não importa. É fundamental praticar a justiça que está preconizada na Constituição de 1988.

Há casos absurdos. Vimos a gratuidade concedida a reclamantes que nos próprios autos declaram ganhar muito mais de R\$ 3 mil mensais. É o que ocorreu, recentemente, com um reclamante — empregado de uma empresa estatal que tinha um salário de R\$ 27.500 por mês. Entre gerentes e diretores, salários acima de R\$ 10 mil mensais são quase a norma. Há casos em que, sabidamente, o magistrado conhece o rol de propriedades do reclamante como imóveis alugados, veículos de alto valor e invejáveis saldos bancários. Mesmo assim, eles concedem a graça dos serviços da Justiça do Trabalho, esquecendo-se de que os seus proventos e de toda a máquina do Poder Judiciário são pagos pelos contribuintes.

Além de ser injusto, esse tipo de conduta sobrecarrega o erário e desequilibra as finanças públicas. E, o que é mais grave, a gratuidade automática incentiva a litigiosidade sem causa e afasta a realização de acordos entre as partes. É isso mesmo. Quando reclamantes e advogados inescrupulosos percebem que nada têm a perder, o número de ações trabalhistas dispara, como, aliás, está ocorrendo novamente em função da interpretação equivocada da decisão do Supremo



Tribunal Federal abaixo relatada.

Na análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.766, a Corte declarou a inconstitucionalidade de determinados artigos da Lei 13.467/2017 que levavam em conta as verbas obtidas em outras ações judiciais para decidir a favor ou contra a

gratuidade. Mas isso não foi um “liberô geral”. Trata-se de um caso particular no qual o reclamante obtém recursos em outra demanda, o que é raro. Está na hora de melhor interpretar as palavras da Constituição e da CLT. Comprovar não é sinônimo de declarar.

Vai, Corinthians

» RICARDO NOGUEIRA VIANA

Delegado chefe da 6ª DP e professor de educação física

Com uma consagrada carreira como técnico de futebol, Alex Stival, mais conhecido como Cuca, disse adeus aos Corinthians no último dia 26, apenas duas semanas após sua contratação. O treinador traz em seu currículo todos os principais títulos conquistados em âmbito nacional e, em 2013, sagrou-se campeão da Libertadores pelo Atlético Mineiro. Apesar do retrospecto vitorioso nos gramados, o passado mostrou-se indelével ao treinador, condenado por estupro em 1989 quando atuava como jogador pelo Grêmio. A torcida e o elenco feminino do Timão — clube que fundou e protagonizou movimentos emancipatórios dentro e fora dos gramados que serviram de alicerce à construção de um Brasil mais justo e solidário — cancelaram o fim do vínculo entre o treinador e o clube.

À época do crime, o jovem Cuca e outros três jogadores do time gaúcho foram detidos, processados e condenados por terem estuproado uma adolescente de 13 anos quando excursionavam pela Suíça. A condenação de 15 meses não foi cumprida, tampouco esquecida. Cuca passou por vários times e, enquanto vencia, edificou-se uma narrativa paralela, uma espécie de cortina de fumaça do tipo em time que está ganhando não se mexe.

Cuca assumiu o Corinthians, um time nada convencional que deu origem à Democracia Corinthiana, movimento criado nos anos 80 sob a égide de Sócrates, Casagrande, Wladimir e Zenon, em que as decisões do clube eram debatidas em conjunto, através de

votação entre os seus membros, incluindo funcionários, jogadores, técnico e diretoria. A articulação do movimento inspirou outras gerações e o clube atuou como expoente na proteção dos direitos civis. Em 8 de março de 2018, Dia da Mulher, o Corinthians lançou o movimento Respeita as Minas.

O projeto seguiu nos anos seguintes e teve como fim oferecer cursos, palestras e meia-entrada nos jogos do time ao público feminino. Na última temporada, um dos uniformes da equipe estampava o slogan. Em novembro do ano passado, após o resultado das eleições, foi a Gaviões da Fiel que desbloqueou ruas em São Paulo ocupadas por caminhoneiros que contestavam o processo eleitoral. Mais uma vez, o timão se posicionou contra o autoritarismo.

Com uma torcida composta por 53% de mulheres, o resultado do empoderamento estruturado pelo próprio clube não poderia ser diferente e o movimento ecoou no futebol feminino, que também se pronunciou pela saída do profissional. Mas há de questionar: não seria tempo de esquecer o que ocorreu décadas atrás? Passados 26 anos do fato criminoso, Cuca cresceu como pessoa — pelo que parece, formou família, ganhou título e fez fortuna. Não estaria ele ressocializado?

Não há que se falar em ressocialização se a sanção não foi cumprida. Por questões jurídicas, Cuca não pagou pelo que fez, posto ter sido condenado e não ter cumprido os 15 meses estipulados pela Justiça suíça. Ele transitou livremente entre torcedores, jogadores e chegou a ser cogitado para dirigir a

Seleção Brasileira. A sanção penal é retributiva e preventiva, ou seja, cabe ao condenado pagar pelo mal que fez, a fim de que sirva de exemplo aos nossos pares, para que a sua conduta criminosa não se reproduza.

O crime em questão, que tinha como sujeito passivo uma vulnerável de apenas 13 anos, foi repugnante e hediondo. Segundo as investigações, a adolescente se dirigiu ao quarto dos jogadores, e os atletas a puxaram para o ambiente. Além da covardia devido à imaturidade da vítima, houve na conduta dos autores do crime o ardil de terem se aproveitado do fascínio que o futebol brasileiro exercia diante da população daquele país.

Cuca escapou da esfera penal, mas chafurdou no âmbito da moral. Sua trajetória teve a leniência de todos nós, amantes do futebol. Palmeiras, Santos, Botafogo, São Paulo, Fluminense, Flamengo e Atlético se calaram ao passado do guia. Mais uma vez, o timão de Sócrates — o Magrão, e agora de Thamires, lateral que faz parte do elenco que mais ganhou títulos pelo campeonato brasileiro feminino, dá exemplos de um time de vanguarda, sustentável, alinhado às necessidades do seu tempo.

Errou na contratação, mas corrigiu o equívoco dando voz ao seu público, principalmente ao feminino. Longe de se firmar um processo de execução de um profissional, mas de assumir uma postura coerente de proteção às mulheres, garantindo-lhes os lugares de fala com o intuito de estruturar e sedimentar os pilares da democracia corinthiana. Quanto às minas, respeito!

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

A culpa é da tecnologia

Ingenuidade foi acreditar que com o advento das tecnologias de comunicação, como é caso das mídias sociais turbinadas pela Internet e as chamadas bigtechs, o marasma da vida política nacional seguiria no mesmo compasso lento que vinha se movimentando desde o século passado. A internet, que “deu voz aos imbecis”, ou seja aos os brasileiros, permitiu que o populacho entrasse de sola nos espaços luxuosos e blindados do poder. Com esse fenômeno da tecnologia, o oceano de “imbecis” inundou, com suas águas barrentas, o planalto elevado, outrora um lugar seguro e separado do populacho.

Essa área reservada, que os áulicos sempre acreditaram ter sido erguida apenas para benefício próprio, se viu, de uma hora para outra, repleto de bisbilhoteiros e fofoqueiros de toda a ordem. Também pudera, onde há pouca transparência ou pouca luz, é aí que os curiosos querem meter o nariz. Dito antigo, sempre lembrado pelo filósofo de Mondubim, diz que as ruas têm milhares de olhos que espiam por detrás das janelas e das portas entreabertas.

Nada escapa as fútricas do povo. Imagine, então, quando à essa turba é oferecida os meios tecnológicos para espionar os bastidores do poder. Pois, foi justamente a bordo das empresas de bigtechs que a população curiosa viajou, virtualmente, até o centro do poder. Incomodados com a presença e até com cheiro suarento dessa multidão, o sistema resolveu afundar essas naus virtuais, que, à semelhança do que aconteceu nos episódios dos refugiados vindos da África para a Europa, não eram bem-vindos. O que ninguém tem falado aqui, talvez por medo ou vergonha, é que os novos abusos ou regulações legais que estão sendo disparados contra esses invasores, visa, tão somente, manter longe do continente do poder, essas hordas de invasores.

O que se tem aqui, com toda essa movimentação em cima do PL 2630, mais até do que uma reflexão sobre a importância da tecnologia de comunicação, como a internet e as mídias sociais, é a permissão, ou não, para que a população brasileira atravessasse esse mediterrâneo a separar dois continentes, e tenha acesso livre aos espaços de poder e influência política. Não se pode negar que a presença incômoda da população sempre foi vista como uma ameaça pela elite política e econômica, que tem utilizado de todos os meios legais, ou não, para limitar e controlar o acesso da população aos espaços de poder. Há hipocrisia por trás das alegações de que essas limitações são necessárias para combater fake news e discursos de ódio, na verdade são apenas pretextos para manter o povo desinformado e fora do alcance do poder.

A falta de transparência e de interlocução entre a população e o poder é o que incentiva a curiosidade dessa população em relação às elites. Ao restringir o acesso de todos a esses espaços, a elite política e econômica está simplesmente tentando proteger seus próprios interesses e privilégios. Em resumo, o que se pretende com toda essa dança de guerra das elites, é a manutenção do status quo, fustigado agora pelas tecnologias de comunicação. De todo esse imbróglio, o que se tem de fato em mãos é a organização de uma intensa e larga manobra diversionista, visando culpar as tecnologias, não por seus avanços e ganhos reais indiscutíveis, mas tão somente por trazer o povo curioso e barulhento para junto dos palácios. A culpa é da tecnologia.

» A frase que foi pronunciada

“O reino morto ainda vive.”

Pablo Neruda

Estante virtual

» Portal prático e amigável para quem gosta de ler em papel. Com um acervo gigantesco, Estante Virtual é a grande saída para os leitores que querem livros mais baratos sem se importar se é de segunda mão. Há livros novos também com o conforto de receber em casa.

População agradece

» Natação de volta à Escola de Esporte que fica no Complexo Aquático Cláudio Coutinho.

Olhar e visão

» Prêmio Social Media Gov de Comunicação Pública nas mãos da Comunicação Social do Senado. O reconhecimento pela atuação nas redes sociais levou à premiação pela categoria *Comunicação como Serviço* sobre a redução da jornada de trabalho para mães e pais de filhos com até 6 anos ou com algum tipo de deficiência.

Crescente

» De Alto Paraíso até Cavalcanti, no nordeste de Goiás, o plantio de transgênico e os campos de pastagens vão se impondo contra as árvores tortas do cerrado, queimando matas, envenenando os rios, esgotando as terras.

Colégio caro

» Aluno do 3º ano fundamental, 8 anos de idade recebeu a tarefa de fazer os exercícios até a página 26. Empolgado, continuou até a página 48. Como desobedeceu ao comando a professora cogitou em voz alta apagar as páginas feitas a mais. Até que pressentiu o absurdo e foi consultar a diretoria. Quase foi demitida.

» História de Brasília

Quem disse até agora sobre o dr. Jânio, foi o professor Carvalho Pinto: “Está encerrado o assunto renúncia. Vamos trabalhar, porque os problemas são muitos...” (Publicada em 18/3/1962)